



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3^a Sessão Legislativa
da 11^a Legislatura

ANO XLIII

RIO BRANCO - AC, 25 DE OUTUBRO DE 2005

N.º 3472

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2º Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão

BPM - Elson Santiago

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Luiz Gonzaga

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PPS - Tarcísio Medeiros

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueiredo e Francisco Viga.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis.

PSB - Delorgem Campos.

PL - Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes.

PSDB - Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira.

PP - José Bestene e Roberto Filho.

PDT- Luiz Calixto.

PPS - Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima.

Sem Partido - Ronald Polanco

**77ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO
 LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA**

Realizada em 25 de outubro de 2005

Presidência: Deputada DINHA CARVALHO

Secretaria: Deputado FRANCISCO VIGA

PRESENTES: Deputados NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do PT; MOISÉS DINIZ, JOSÉ LUIS do BPM; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, HÉLIO LOPES do PMDB; JOSÉ VIEIRA do PSDB; TARCÍSIO MEDEIROS, NOGUEIRA LIMA do PPS; ROBERTO FILHO do PP; DINHA CARVALHO do PL; LUIZ CALIXTO do PDT; RONALD POLANCO Sem Partido.

AUSENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSO SANTIAGO, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; JOSÉ BESTENE do PP; DELORGEM CAMPOS do PSB.

A Senhora Presidenta (DINHA CARVALHO) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

GABJU-OF n. 380/2005, da Juíza de Direito Substituta da Vara de Delitos Tóxicos e Acidentes de Trânsito da Comarca de Rio Branco, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi, solicitando providências no sentido de que o Estado, através da Defensoria Pública, preste Assistência Judiciária aos necessitados, a contento, pois o número reduzido de membros daquela Instituição acarreta retardamento na prestação jurisdicional;

OF. Pres. Circ. Ext. n. 22/2005-CLP, da Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, Deputada Fátima Bezerra, convidando o Presidente desta Casa Legislativa a participar da videoconferência sobre “A adoção do código de conduta do turismo contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”, que será promovida pela referida instituição, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e com o Interlegis, no dia 26 de outubro, das 14 às 17h, no auditório do Interlegis – Av. N2, anexo “E” do Senado Federal;

Ofício n. 83/2005, da Diretora do SEST/SENAT, Maria do Socorro Vale da Cunha, informando a esta Casa Legislativa que: 1- Todas as acusações são de cunho político e de interesse particular de quem as apresenta; 2- A Instituição está à disposição desta Casa para quaisquer esclarecimentos; 3- A Instituição Nacional e Regional já estão tomando as devidas providências no sentido de zelar por sua honra; 4- Segue nota de esclarecimento do Órgão Nacional e Regional;

Indicação n. 169/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Delorgem Campos, solicitando ao Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, viabilizar junto aos órgãos competentes, a implantação da Delegacia da Mulher na Regional do alto-Acre, Município de Brasiléia;

Indicação n. 170/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Delorgem Campos, solicitando ao Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, viabilizar junto aos órgãos competentes, a informatização das escolas estaduais do Estado do Acre;

Indicação n. 171/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Delorgem Campos, solicitando ao Governador do Estado do acre, Jorge Viana, viabilizar junto aos órgãos competentes, a implantação do Programa Luz Para Todos, no Bairro José Francisco Moreira, no Município de Brasiléia.

Pequeno Expediente

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhora Presidenta, Senhora e Senhores Deputados, depois de recuperar a imagem do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, talvez para lançá-lo à Presidência da República ou quem sabe ao Governo do Acre, o PT resolveu, talvez pressionada pela opinião pública, expulsar o mega corrupto petista Delúbio Soares.

E quando eu afirmo, que talvez o PT estivesse se preparando para lançá-lo ao governador do Acre, não digo isso de ironia ou de brincadeira, mas porque no Acre, se instalou um regime de corrupção, de assalto aos cofres públicos, que nem Alcapone, nos seus tempos áureos, teria competência e coragem para desvendar esses roubos.

Nunca se viu, Deputada Antonia Sales, em nenhum Governo, em nenhum momento político deste Estado um Governo tão corrupto quanto este e a partir de agora eu me recuso a chamá-lo de Governo, mas de chefe de uma quadrilha, pois não tem outro objetivo a não ser saquear os cofres do Estado.

Na sessão passada, sugeri aos Deputados que dedicássemos uma parte do nosso tempo para ler, com a atenção, aquilo que está escrito no relatório do Tribunal de Contas da União com relação às obras realizadas neste Estado.

Alguns Deputados dizem que o ex-Governador Orleir Cameli era corrupto, mas estes têm que reformular os seus conceitos, têm que passar a redimensionar as suas palavras. Porque corrupto quadrilha organizada é o Presidente da República, o Governador do Estado e o tesoureiro do PT. Adeptos a desvios e corrupções de toda a ordem e superfatamentos que não se justificam. E depois vem o Governo do Estado com propaganda enganosa, na televisão, dizendo que as estradas do Acre são caras porque temos dificuldades. Porém elas são caras porque tem roubo, porque a metade do dinheiro que vem para esse Estado vai parar no bolso desses bacanas do PT.

Eu não tenho muito tempo, mas quero apenas ler um trecho deste relatório, onde sintetizo a corrupção do PT, e isso vale para a ponte binacional e a BR 317, obras tão necessárias, mas tão ilegais. Diz o Relatório do Tribunal de Contas da União. “Constata-se a ocorrência de pagamentos por serviços de pavimentação na décima medição no valor de quatrocentos e noventa e sete mil. Na décima primeira medição no valor de dois milhões e trezentos e nove mil. E na décima segunda medição no valor de mil duzentos e trinta e quatro. Não obstante o Tribunal de Contas não identificou a realização de qualquer serviço”.

Então, a conclusão que podemos tirar é que o Governo está emitindo notas frias, porque está pagando por serviços que não foram realizados, são por esses motivos que as estradas no Estado do Acre demoram tanto a serem concluídas, porque se preocupam mais com a comissão da empresa, com o caixa que vão fazer para as eleições, com os financiamentos do Valerioduto e do Vianoduto que se instalou no Estado do Acre, porque nunca se viu um Governo tão organizado para roubar. A melhor denominação, Deputado Chagas Romão, é chamá-los de integrantes de uma quadrilha.

Os roubos são imensos! E algumas pessoas estão sugerindo que o PT coloque, em homenagem ao seu patrono corrupto, Deputado Pe. Valmir V. Ex^a, que com certeza não faz parte deste “Valerioduto”, o nome da BR para Cruzeiro do Sul de rodovia Delúbio Soares. Tamanha a corrupção. Então, não usem esse discurso que a Oposição é contra as estradas lá em Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul, pois esses argumentos são fajutos, pois a Oposição critica os roubos, os serviços mal feitos, mal-elaborados e mal executados.

(Sem oração do orador)

Deputado CHAGAS ROMÃO (Líder do PMDB) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, Senhora Deputada Antonia Sales, Imprensa presente, Senhores no Salão do Povo, ouvindo atentamente o pronunciamento do Deputado Luiz Calixto, podemos perceber que é muito grave a situação em que se encontra nosso Estado. E é por isso que tenho denunciado a falta de assistência ao povo da nossa terra, porque os recursos públicos são desviados ninguém sabe nem para onde.

Estou apresentando uma Indicação pedindo ao Governo do Estado que através da Secretaria de Saúde, torne um posto de saúde de Capixaba, numa unidade mista, porque é uma vergonha esse município não ter esse tipo de atendimento. Aos sábados, domingos e feriados o posto de saúde é fechado e a população fica a mercê da sorte. Se houver uma emergência tem que vir para Senador Guiomard ou para Rio Branco, que fica a 50 Km de distância daquele município.

Então nós vamos lutar, para que o povo de Capixaba tenha uma unidade mista de saúde, evitando assim que aquela população dependa de outros municípios nos finais de semana e feriados. É preciso que o Governo do Estado se dedique mais à população do Acre, que está precisando de saúde, moradia, escolas e faculdade estadual que ofereça ensino gratuito para o nosso povo.

Gostaria de dizer que nós Parlamentares, precisamos cuidar melhor dos recursos públicos do nosso Estado. Muito obrigado!

(Sem revisão do orador)

Deputado **HÉLIO LOPES** (PMDB) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, Senhora Deputada Antonia Sales eu penso que a tolerância acabou, Deputado Luiz Calixto, os meios de comunicação estão denunciando os escândalos de corrupção, principalmente no que diz respeito a BR 364 que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, são fatos, Senhora Presidenta, que hoje me levaram a vir a esta tribuna dizer que esta Assembléia têm o dever, a obrigação de dar uma satisfação à sociedade. Pois não se admite que o empresário Narciso Mendes use um programa de quase uma hora na televisão, o programa “Bom-dia Rio Branco” denuncie absurdos, Deputada Antonia, que são piores do que o escândalo do mensalão na Câmara Federal.

Então, o que o ex-Deputado e empresário Narciso Mendes disse abala o Estado do Acre e é de uma gravidade, Deputado Tarésio, de proporções alarmantes, porque o empresário disse que o Relatório do Tribunal de Contas da União, comprovou corrupção de nível inaceitável dando exemplo, de que apenas o valor de item denunciado daria para construir mil casas populares.

Peço pelo amor de Deus, que a Polícia Federal os Ministérios Públicos Federal e Estadual, a Assembléia Legislativa tomem providências e dêem uma satisfação à população. Isso passou, Deputado Chagas Romão, de todos os limites. Não se admite que um empresário vá a televisão e afirme que esse Poder é dominado pelo Palácio por um controle remoto.

Precisamos mostrar que aqui têm homens e mulheres de moral e dignidade, não se admite, Deputada Antonia Sales, que o povo de Rio Branco, acorde ouvindo uma entrevista de um empresário dizendo que a Assembléia não existe, que a Assembléia faz parte do Gabinete do Governo do Estado.

Eu acho que se a Assembléia concordar com tudo isso é melhor nós Deputados pedirmos desculpas à população deste Estado e renunciarmos aos nossos mandatos. Ou se toma uma providência, Senhora Presidenta, em relação ao Programa bom-dia Rio Branco de hoje ou essa Assembléia vai cair mais ainda no descrédito popular. Corremos o risco, sem culpa nenhuma, pois cumprimos com nossas obrigações, da população vir aqui fazer conosco o que fizeram na Câmara, tirando dali todos aqueles que não prestaram esclarecimentos à população.

Portanto, eu estou apresentando três Requerimentos e gostaria de contar com o apoio dos nobres colegas. O primeiro é para que essa Casa convide o empresário Narciso Mendes para ser sabatinado aqui, onde irá explicar por que afirmou em um canal de televisão, que esta Casa é guiada por um aparelho de controle remoto. Que explique aos Parlamentares as denúncias que vem fazendo, ao longo dos meses, sobre os desvios de verbas do Poder Público. O segundo requerimento é pedindo ao Diretor do Deracre, Sérgio Nakamura, que envie a este Parlamento a cópia do contrato com a Empresa Construmil, com todos seus aditivos e alterações.

Não dá para ouvirmos, Deputado Chagas Romão, uma acusação dessas e ficarmos quietos. Precisamos tomar providências temos o dever de dizer para a população desse Estado que essas declarações são caluniosas, precisamos instalar uma CPI para dar voz de prisão àqueles que realmente estão assaltando os cofres deste Estado. Espero que a Mesa Diretora faça cumprir esse requerimento, para que o Senhor Sérgio Nakamura nos mande o mais rápido possível, cópia do contrato e todos seus aditivos, a fim que possamos dar uma satisfação à população.

O terceiro requerimento é para que esse mesmo Diretor do Deracre venha a Assembléia Legislativa dizer aos representantes do povo que as denúncias feitas pelo empresário Narciso Mendes não são verdadeiras. Essa Assembléia não pode se omitir numa situação dessas, pois querem denegrir a imagem dos 24 Deputados. Nós fomos eleitos pelo povo do Acre; nos foi dado um voto de confiança pelos eleitores acreanos. Sendo assim, precisamos dar uma satisfação aos nossos eleitores, temos que dar uma satisfação à população deste Estado, provando que a Assembléia tem autonomia e que não é guiada por um aparelho de controle remoto.

Portanto, temos que convocar a vir a esta Casa o Diretor do Deracre, Sérgio Nakamura e o empresário Narciso Mendes para prestarem os esclarecimentos e, se for o caso, questionarmos no Ministério Público, relatório do Tribunal de Contas da União, o qual comprova o desvio de milhões de reais deste Estado, através da empresa Construmil, cujo nome verdadeiro, segundo cópia do contrato social que tenho em mãos, é Transportadora Parabá Ltda.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, gostaria que hoje Deputado Luiz Calixto

estivessem todos os Deputados principalmente os da base de sustentação do Governo, para vê-los defender não com muita convicção, o Governo. E fazem uma defesa que não poderiam fazer nunca, a coisa mais feia que tem é você tentar defender o indefensável, mas, infelizmente, têm pessoas que se prestam para isso. Já usaram a palavra os Deputados Luiz Calixto e Hélio Lopes falando a respeito do superfaturamento, do roubo, da safadeza que o Governo do Estado está fazendo com o dinheiro público usado nas Brs.

Aqui quando as pessoas falam a respeito do Parlamento, Deputado Luiz Calixto, que realmente, a nível nacional está desmoralizado, mas nós temos em todos os Parlamentos têm, suas exceções. Nós fazemos o nosso papel, o que achamos que é certo, denunciar, imaginem se o Governo do Estado não tivesse aqui esses cinco, seis, oito Deputados que fazem Oposição. Uns mais, outros menos, mas sempre assinando os Requerimentos pedindo informações, pedindo CPI, para mostrar para a opinião pública, ou pelo menos fazer valer os nossos direitos de Parlamentar. O nosso dever é mostrar para a opinião pública o que temos que fazer no Parlamento. Porque não existe explicação convincente que justifique o quilômetro de asfalto no nosso Estado custar dois milhões e quatrocentos, dois milhões e trezentos. É isso, Deputado Luiz Calixto? Dois, duzentos e noventa.

Eu estava em Brasília participando de uma reunião do PDT e PPS, num Congresso quando o ex-Deputado Márcio Bittar falava a respeito de preço dessas BRS, quando um assessor do Governo de Mato Grosso pulou no meio de uma grande reunião, Deputado, e disse: “isso é um roubo, isso é um assalto”, e nós paramos, e ele foi explicar o porquê. Lá no Mato Grosso eles fazem um quilômetro de asfalto por 250 mil reais, e eu mesmo comentei que aqui nós temos que levar a grande maioria do material lá para o Juruá de embarcação e foi quando um assessor do Amazonas disse: “eu sei, eu faço a 350, 400”. Olhem só da mesma região. Muitas das vezes enfrentamos as mesmas dificuldades, porque temos que levar de balça. E qual é a explicação? A explicação Deputado Luiz Calixto eles estão inventado e agora com trinta e oito milhões para gastar com a mídia.

Ontem, eu estava assistindo um jornal e por mais de cinco minutos, e um minuto na televisão é muita coisa, eles fizeram a propaganda a respeito desses dois milhões e pouco, porque agora Deputado Chagas Romão pode ter certeza que eles agora vão colocar propaganda todos os dias, todos as horas, nos horários nobres, querendo se justificar para a população. Eles têm condições porque tem trinta e pouco milhões para gastar ao longo do tempo com propaganda para confundir a opinião pública. E o nosso papel, nós só temos isso aqui, esse metro quadrado para fazermos essas denúncias, e temos um jornal e uma televisão que nos apóiam, e um outro, o Segunda-feira que também coloca a verdade.

Não é só esse lado dos Deputados que faz a Oposição, não. Eles chamam, convidam o outro lado e eles não vêm se explicar. Mas quando falam do Nakamura, os demais convidam o Nakamura para ir lá, quando falam do Governador Jorge Viana, eles convidam o Governador Jorge Viana para ir lá prestar esclarecimentos, e dizer que aquilo é mentira. Não é só agora que estamos fazendo essas denúncias. Aqui na Via Chico Mendes, por exemplo, no ano passado tinha uns oito meses que tinham terminado aquela obra, nós fomos lá e filmamos, cabia quase um Deputado de um metro e oitenta de altura dentro dos buracos, com oito meses.

Nós fomos ao Ministério Público, o Deputado Luiz Calixto, porque os outros Deputados não estavam, fazer a denúncia da brita que estava sendo superfaturada, onde o Deputado Luiz Calixto, como boa parte dos Deputados, falaram dos marmiteiros, que onde você compra mil metros de brita é um preço, se comprar 50 mil metros tem que ser outro preço. Mas aqui é o contrário, Deputado Luiz Calixto, se você compra mil metros de brita, por exemplo, a R\$ 30,00 o metro, se você compra 50 mil, tem que ser R\$ 50,00, R\$ 60,00 o metro. Do mesmo jeito os marmiteiros. E V. Exa. denunciou e com muita propriedade documentando, tantos mil marmiteiros é “x”. Aí você compra centavos e centenas a mais, milhares e milhares a mais de marmiteiros e aumentam o preço. Só nesse Governo que a gente vê isso, e só nesse Governo que o TCU mandou fazer um aditivo para reduzir o preço Deputado Luiz Calixto, eu ainda não tinha visto esse Governo fazer aditivo direito para aumentar os preços, dar mais dinheiro para a bandidagem que há nesse Governo. E o TCU obrigou o Governo a fazer um aditivo rebaixando os preços daquela Vila Olímpica. Isso é uma vergonha, Senhores Deputados.

(Com revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, Senhores que nos assistem no Salão do Povo, bom-dia a todos. Eu estive no Município de Cruzeiro do Sul,

como sempre faço, fico uma semana lá e outra aqui, para ouvir as reivindicações da população. E, por conseguinte, aproveitei para exercer o meu direito de cidadã e contribuir com o meu país, votando no Referendo.

Neste final de semana eu recebi visitas de várias pessoas, querendo saber a respeito de um pedido de CPI feito pelo Deputado Luiz Calixto, para que fosse investigado o setor de Saúde, em especial o TFD. Eles me perguntaram por que esse pedido foi rejeitado. Disseram mais: Deputada, será que o Governo acha que a Saúde está muito bem? Será que as pessoas que votaram contra a CPI acham que nós somos bem atendidos? Estas foram as perguntas feitas a mim e eles querem uma justificativa.

A visão de V. EX^as. é diferente da do povo, se a Saúde do Estado é primeiro mundo, e está realmente funcionando, por que as pessoas vêm a Saúde aqui como de fim do mundo? Isso é porque quando eles procuram um hospital e são encaminhados a um especialista, o encaminhamento demora de seis a oito meses.

Eu conheço um Senhor de sessenta e cinco anos que tem câncer na garganta, ele já viajou uma vez para Goiânia. Agora que seria o retorno, ele está esperando há vários meses e ainda não conseguiu a liberação. Esse Senhor idoso, cansado e inconformado de esperar, há mais de nove meses, chegou para mim e disse: "Deputada, eu vou para o meu seringal, vou tomar uns chazinhos e esperar que Deus me cure, pois se depender do Governo, que tem o dever de zelar pela minha saúde, isso não vai acontecer. E eu vejo que os meus impostos não valem nada, porque nada me retribuem. Eu preciso, hoje, em dia de minha saúde. Trabalhei 65 anos e não tenho o direito de ser tratado com dignidade, em um lugar onde exista tratamento para o meu problema. Eu não tenho mais paciência e vou me conformar com a morte".

Vejamos Senhores, isso é uma coisa indigna. Como é que um cidadão que paga seus impostos pode ser tratado dessa maneira? E que chega até a se conformar com a morte, enquanto todos pedem a vida, ele pergunta: quanto vale a vida do cidadão para o Governador? Porque ele se preocupa com grandes estádios, prédios e pontes e não se preocupa com a vida.

Existem pessoas morrendo em Cruzeiro do Sul e o povo decidiu fazer uma grande manifestação pela vida. São centenas de pessoas esperando seu encaminhamento que ainda não chegou, muitos já morreram nas filas dos hospitais. Muitos familiares estão participando dessa manifestação e vão levar o atestado de óbito dos seus parentes, vão levar os encaminhamentos e vão fazer uma denúncia popular no Ministério Público, contra o Governo do Estado.

(Sem revisão do orador)

Deputado RONALD POLANCO (Sem Partido) – Senhora Presidenta, colegas Deputados, Deputada Antonia Sales, na realidade, hoje, eu não ia me pronunciar, mas como não havia outra pessoa para responder ao Deputado Tarécio e, historicamente, nós sempre defendemos as bandeiras da integração e da moralização deste Estado, vi-me na obrigação de falar.

O nosso papel sempre foi o de colocar o Estado a serviço do desenvolvimento, porém, muitas vezes, nós, aqui no Parlamento, não sabemos o custo de determinadas obras, porque isso é relativo. Eu trabalhei um tempo com estradas e sei que não é fácil, em alguns casos, ter esse custo na mão.

Na semana passada eu encontrei o empresário Narciso Mendes, num processo que ele travou comigo, e na oportunidade ele mostrava um estudo que ele havia feito na estrada de Cruzeiro do Sul, e, de forma precipitada, dizia publicamente que todos aqui eram ladrões exceto ele, que nunca fez nada ilícito. Disse, inclusive, que levaria todo esse processo aos canais de televisão. Porém, ele não chegou à conclusão de quanto, realmente, custa uma obra naquele trecho entre Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

Como é difícil fazer aquilo! Eu nunca fiz denúncias precipitadas aqui.

Com relação à estrada de Assis Brasil, eu sempre falei que até o Km 75 para Brasiléia, não há nenhum problema para fazer uma obra, no sentido dos custos operacionais, que chegam a 400, 500 mil reais. A partir daí, o preço da obra é outro. Cruzeiro do Sul, da mesma forma. Determinados trechos têm um custo, pois os espaços são planos, têm uma topografia favorável. Os declives do solo não são tão acentuados. Então, é possível realizar uma obra com valores mais baixos.

No entanto, existem lugares onde quase todos os insumos são trazidos de fora do Estado. Portanto, custam bem mais caro.

Eu não sei se foi o Deputado Hélio Lopes ou o Deputado

Luiz Calixto que disse que o Narciso tem total razão sobre o que ele fala. Eu discordo. Não acho que exista um fundo de verdade no que ele fala. Até porque, o seu histórico não lhe permite isso. Ataca todo mundo, fala mal de todo mundo e não é parâmetro para nós nos conduzirmos aqui no Parlamento. Não podemos determinar a nossa conduta pela dele, que não é tão socializável assim. Não integra, não junta, não diz o que nós queremos, nem faz o que precisamos para esse Estado. Então, a visão que tem, hoje, o empresário Narciso Mendes, não serve de parâmetro para pautar-nos.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputado HÉLIO LOPES (PMDB) – Senhora Presidenta, Senhora e Senhores Deputados, o tempo é muito curto para o tamanho do problema que deveremos tratar com o empresário Narciso Mendes. Eu confesso que realmente fiquei preocupado, com aquela denúncia. Eu acho e repito que ela é mais séria do que a denúncia da descoberta do mensalão no Congresso Nacional.

O mais grave de tudo isso é quando o empresário Narciso Mendes diz que estão dilapidando os cofres públicos deste Estado. Ele não diz, Deputado Polanco, baseado em conversas de esquina ou em denúncias feitas por moradores ao longo das Brs. Mas baseado no relatório do TCU, que aqui tem que ser discutido para que os Senhores Deputados tenham uma idéia do tamanho da gravidade dessas denúncias. O próprio TCU diz em seu relatório que a empresa Construmil executou serviços no valor de R\$ 7.718.000,00 no entanto, o Governo do Estado pagou a esta empresa R\$ 21.198.000,00 e quem diz é o TCU que o Governo do Estado pagou R\$ 13.469.000,00 adiantados para esta empresa, o que é rigorosamente ilegal. Vejam bem não é a bancada de Oposição que está acusando, nem o empresário Narciso, mas o Tribunal de Contas da União.

Também foi pago à Construmil R\$ 4.041.000,00 de asfalto aplicado no trecho de Tarauacá a Cruzeiro do Sul. E aqui eu quero convidar aqueles que forem contra o pronunciamento do Narciso e deste Deputado que vos fala, para visitarmos esse trecho e vermos se encontramos um palmo de asfalto. Não existe Deputado Calixto. Então, é por isso que eu digo que o ex-Deputado Narciso Mendes tem que vir aqui.

Isso é caso de polícia. Roubo é caso de polícia. Esta Casa tem que se pronunciar. O povo deste Estado precisa de uma satisfação ou esta Casa fecha as portas. Porque não dá para conviver com denúncias como essa.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT EM APARTE) – Deputado Hélio Lopes, V. Exa. corrigiu talvez um mal entendido do Deputado Polanco, que entende de forma equivocada que quem fez as denúncias foi o empresário Narciso Mendes, mas quem apontou as irregularidades foi o TCU e nós somos apenas os porta-vozes dessas denúncias para que o povo acreano, que é bombardeado com a propaganda mentirosa, cara e institucional do Governo, passe a saber a verdadeira versão. Porém, essa não é a minha maior preocupação. Nos próximos 30 dias o Deputado Ronald Polanco será Conselheiro do Tribunal de Contas e esperava dele, já que se desfiliou ao PT, que pelo menos estudasse as denúncias, os relatórios para poder fazer a defesa, porque agora eu começo a me preocupar, começo a desconfiar ainda mais da ida do Deputado Ronald Polanco para o Tribunal de Contas. Essa saída não tem outro objetivo, senão mascarar o que está sendo apontado pelo Tribunal de Contas. Então, tenho o maior respeito pelo Deputado Polanco, mas acho que ele entrou atravessado, espera-se de um Conselheiro de Tribunal de Contas isenção, no mínimo.

Deputado RONALD POLANCO (PT – EM APARTE) – Deputado Hélio Lopes, esse relatório eu já li e as respostas já foram dadas pelo Governo do Estado, e o que eu estou colocando é que as respostas estão sendo aceitas pelo Tribunal da União. Nós não vamos dar palanque para alguém que, inclusive, chegou a puxar arma, e em todos os seus pronunciamentos desclassifica todos os políticos, e exige modernidade quando ele não é moderno. Digam-me: uma sociedade sem política, o que ela é? Domina o fuxico, a denúncia barata. Então, por isso que eu estou colocando que este Senhor não tem moral para vir falar aqui nesta Casa sobre este assunto. E, aliás, o Tribunal de Contas da União já está consciente de que a estrada para Cruzeiro não vai sair agora, porque a antecipação de recursos foi feita às pressas, para que a empresa pudesse levar os insumos para começar a obra. Por isso que eu estou colocando,

que este relatório é preliminar, não é conclusivo. O Deputado Luiz Calixto fez o seu discurso e saiu. Jamais vou ser conveniente com qualquer processo que venha a prejudicar a população do Acre, jamais! Onde eu estiver, seja aqui, ou como cidadão, ou como membro do Tribunal de Contas, irei exercer o cargo com isenção.

Deputado HÉLIO LOPES (PMDB) - Nobre Deputado Polanco, ainda há pouco eu estava vendo a minha filha no Salão do Povo e depois de ouvir as palavras de V. Exa., eu fiquei imaginando que tipo de conversa eu vou ter com ela, na hora do almoço. Como ela é muito esperta e sabida, vai me perguntar: mas pai, o Senhor disse que prova que estas irregularidades estão no relatório do TCU, que o Governo pagou R\$ 4.000.000,00 para a Construmil por um asfalto que não existe e pouco depois o Deputado Polanco falou que o Governo já justificou isso ao TCU. Portanto, vai ser difícil convencê-la.

Eu estou com a prova em mãos e se fosse preciso para não passar vergonha diante da minha filha, pegaria um avião até Cruzeiro do Sul, para provar que não existe asfalto, mas o dinheiro foi pago. Então, não dá para explicar o inexplicável, Deputada Antonia Sales. Eu não tenho como mentir para a minha filha, foi o Tribunal de Contas que investigou. O Governo pagou, mas não existe um palmo de asfalto, eu vou explicar o quê?

(Sem revisão do orador)

Deputado JOSÉ VIEIRA (PSDB) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, domingo passado foi realizada a votação do plebiscito a respeito do desarmamento. Nós que convivemos com a população do interior, da zona rural, percebemos a preocupação a respeito de proibição de armas e munição.

As propagandas feitas na rádio e na televisão davam a entender que quem votava no NÃO, era o cidadão que apoiava a bandidagem, e o certo seria que ele votasse SIM. Porém, a população brasileira soube analisar todas as propostas e a realidade do dia-a-dia e demonstrou nas urnas que não adianta o Governo querer convencer através de propaganda enganosa, porque não consegue. Foi um massacre do não em todo o Brasil.

Portanto, nós políticos, temos que ser conscientes de que o que fará com que a sociedade acredite ou não nas nossas propostas, são as nossas ações, nosso comportamento político, nosso comportamento como pai de família, como cidadão, enfim e uma série de procedimentos e atitudes.

Como eu moro em Sena Madureira, venho diariamente para Rio Branco, de terça a quinta-feira. Venho pela manhã e volto à tarde, por isso eu não pude assistir ao programa Bom-dia Rio Branco, hoje, onde o empresário Narciso Mendes foi o entrevistado. Mas ao ter conhecimento do que foi dito, achei que a Assembléia tem a obrigação de se posicionar, convocando-o a comparecer aqui para se retratar. Eu discordo do Deputado Polanco que acha que o Narciso não deve vir aqui prestar esclarecimentos. A denúncia que ele fez atingiu a todos nós, não como participantes, mas como omissos. Portanto, temos que convocá-lo para um debate que esclareça essa denúncia frente-a-frente com os Deputados. Ele pode dar explicações que nos convençam a adotar ações mais enérgicas, como instaurar uma CPI ou acionar o Ministério Público. O que não pode acontecer é termos conhecimento de uma denúncia como esta e não tomarmos nenhuma atitude, pois nesse caso seremos, no mínimo, coniventes.

O Deputado Hélio Lopes vai apresentar um Requerimento, do qual ainda não vi o teor, mas sei que visa convocar o Senhor Narciso Mendes a vir a esta Casa, e eu acho que devemos aprová-lo e convocar também o Diretor do Deracre, que é o responsável pela obra. Nós não podemos fazer ouvido de mercador, agindo como se nada estivesse acontecendo. Nós não estamos prejulgando ninguém, mas queremos que esse assunto seja esclarecido, pois ele já é do conhecimento dos acreanos e de todos que aqui residem. Como representante deste povo, não podemos ficar de braços cruzados. Vamos investigar e se não for verdade o que o Narciso Mendes disse, que ele seja punido. Inclusive, acho que ele não merece credibilidade, mas vamos averiguar se essas denúncias procedem.

Deputado NOGUEIRA LIMA (PPS – EM APARTE) – Ouvi alguns colegas Deputados afirmarem que o Senhor Narciso Mendes não merece credibilidade. Pode até ser, mas quando qualquer cidadão faz uma denúncia como essa, devemos dar crédito e investigar, porque pela maneira como ele disse, ele me pareceu bastante seguro. Ele disse: “Se o Diretor do Deracre achar que eu estou mentindo, ele tem todo o direito de se defender, as denúncias estão aqui, que eu vou mandá-las para ele”.

Disse que mandaria o seu relatório para o Deracre e para o Governador Jorge Viana. Ele falava com indignação sobre o que está acontecendo neste Estado. Nós também nos revoltamos, porque há 30 dias, Deputado José Vieira, eu fiz um Requerimento, solicitando informações sobre o valor desta passarela que está sendo construída, pois os comentários que se ouve em todo Estado é que 13 milhões de reais serão gastos ali. Não há sequer uma placa mostrando o valor, a empresa que está fazendo, o prazo de execução etc. Essa placa até hoje não foi entregue, e essa atitude do Governo demonstra a sua tendência a um sistema ditador e nos dá o direito de classificá-lo como corrupto. O empresário Narciso Mendes apresentou dados e afirmou que, se o Diretor do Deracre ou o Governador acharem que são falsos, que se defendam. Que vão ao Ministério Público e o denunciem, inclusive no Ministério Público Federal e na Polícia Federal. Que façam então, porque a posição do Deputado Polanco em relação ao Narciso, dizendo que ele não é habilitado para fazer essas denúncias, que não tem credibilidade, não parece correta, pois o Narciso mostrou para a sociedade o absurdo que está acontecendo, os superfaturamentos das obras das estradas e das pontes. Já denunciamos também o superfaturamento de marmitec e mostramos na Mídia. Então, essas denúncias do Narciso Mendes podem não ser absurdas e os Ministérios Públicos Estadual e Federal devem investigá-las. Se forem infundadas, que punam o acusador, assim como foi feito com o companheiro Mastrângelo, que fez um artigo para um jornal chamando o Governo de ladrão e o Ministério Público processou-o. Como o Narciso disse isso mais de trinta vezes, ele deve ter provas do que disse. Portanto, pode não ser tão indigno de credibilidade.

Deputado José Vieira PSDB, eu acho que nós não podemos ficar omissos em relação a essas denúncias, quero pedir à Mesa Diretora que queira a fita da TV Rio Branco, para que nós possamos tê-la em mãos.

Eu estou falando pelo que ouvi de quem assistiu, mas seria melhor que tivéssemos acesso à fita para conhecer melhor essa matéria, porque quer queiramos ou não, estamos sendo omissos, nos furtando de fazer essa apuração. Com certeza isso atinge aos 24 Deputados. Então, não há como não darmos nenhuma importância a essa denúncia, que é grave e, sem dúvida alguma, deve ser investigada, para que juntos tomemos as medidas cabíveis.

(Sem revisão do orador)

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, é bom esclarecer que o ex-Deputado Narciso Mendes não fez denúncia nenhuma. Ele simplesmente leu um relatório do Tribunal de Contas da União. Só isso. Agora nós convidamos o ex-Deputado Narciso Mendes para que ele nos mostre a documentação que comprovam as denúncias, acho a coisa mais simples, natural do mundo, porque aqui quando há um pedido de qualquer entidade, nós abrimos as portas do plenário e os recebemos.

Não posso Deputado Polanco, embora ausente do plenário, mas sei que V. Exa. está na Casa e deve estar ouvindo porque tem sistema de som na Casa, admiti que V. Exa., Deputado Polanco, que está sem partido porque desfilou-se do PT, venha fazer a defesa do Governo e quando eu digo que queria que os Deputados que defendem o Governo estivessem aqui para fazer a defesa não o inclui porque agora está sem partido, pois está pleiteando uma vaga no Tribunal de Contas do Estado.

Mas confesso que fico de orelha em pé, quando ouço o Deputado Polanco, primeiro Secretário da Casa fazer a defesa do Governo, porque ele vai para um órgão que é fiscalizador Deputado Luiz Calixto. E, se desde agora ele está defendendo o Governo, quando o próprio Tribunal de Contas da União, apresenta um relatório que comprova superfaturamento, imaginem se não tivesse um relatório desse, o que ele vai fazer? Que denúncia ele vai apurar? Futuro Conselheiro, amigo nosso, Deputado Polanco, quero deixar isso registrado. Queria que ele estivesse aqui para se defender que eu lhe daria um aparte.

Não concordo com V. Exa. Acho que V. Exa., Deputado, está errado, e V. Exa. Está indo para um lugar que é para fiscalizar o Governo, também. As denúncias que nós fizemos, infelizmente, o TCE não está fazendo o seu papel. Nós queremos aqui concordar com tudo o que os Deputados disseram a respeito das obras superfaturadas. Não podemos, de maneira alguma, deixar que duas firmas criem um patrimônio extraordinário durante esse Governo, entanto as demais ficam sem condição nenhuma, Deputado Moisés Diniz. Nós queremos que o Governo seja transparente e dissesse que essas firmas estão ganhando licitação “X”, está aqui a placa dizendo que: essa obra do Canal foi tanto, qual a firma que ganhou, prazo de entrega, tantos anos de manutenção. E, não existe isso repórteres, não existe, procurem, e nós vamos entrar aqui com

um pedido, mais um pedido de CPI, mesmo que seja rejeitado pelos governistas. Mas nós vamos fazer mais um pedido de CPI, Deputada Antonia Sales. Cedo o aparte ao Deputado Nogueira Lima e em seguida ao Deputado Luiz Calixto.

Deputado NOGUEIRA LIMA (PPS – EM APARTE) – Deputado Tarcísio, V. Exa. assistiu a entrevista, e o que achei mais grave, Deputados Moisés e Polanco, mais grave, é que a Construmil e outra têm seus escritórios, Deputado Tarcísio, dentro do Deracre, os engenheiros que trabalham lá, os engenheiros dessa firma são engenheiros do Deracre e tem mais duas situações que me deixaram pasmo, Deputado Polanco. E é verdade! Até porque, eu tenho amigos engenheiros no Deracre, funcionários do Deracre, que estão fazendo projetos, ajeitando projetos das estradas da Construmil. Está lá dentro do Deracre. Isso é uma acusação muito forte, Deputado Tarcísio, que é para o Ministério Público Federal ir lá dentro do Deracre verificar essa denúncia. É uma denúncia muito forte, estar lá dentro, fazendo os projetos, dentro do Deracre. Isso é um absurdo! E nós como Deputados, não podemos ficar calados.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS) – Estão vendo, o nosso tempo é pequeno, desculpe, Deputado Luiz Calixto. Então, falarei a respeito do resultado esmagador do NÃO contra mais uma pilantragem deste Governo do PT, que gastou aproximadamente 600 milhões com esse Referendo. E continuem os Deputados que faziam a campanha do SIM dizendo que o certo é o SIM. Não quero ver os Deputados ou aquelas autoridades dizendo: “Não, realmente estou errado, felizmente”. Porque eles chamaram de burro todos os brasileiros que não votassem no SIM. O próprio Presidente Lula, Deputado Luiz Calixto, numa entrevista, disse que as pessoas conscientes teriam que votar SIM, então a grande maioria, a maioria esmagadora do país não tem inteligência nenhuma.

(Com revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhora Presidenta, Senhora e Senhores Deputados, ouvi o Deputado Ronald Polanco dizer aqui que o Governo já prestou esclarecimento ao Tribunal de Contas da União. O Executivo queria promover os maiores atos de corrupção, de improbidade, de ilegalidade e ainda não prestar contas ao órgão competente, para fiscalizar as obras? Será que o PT pensa que é tão absoluto, que é tão onipresente, onipotente a ponto de não querer dar explicação aos órgãos de fiscalização? É verdade que todos os preços tiveram que ser reduzidos, uma prova cabal e inequívoca de que a corrupção apontada tem consistência.

Farei a leitura, Senhores Deputados, de um trecho do relatório onde aparece um dos fatos mais graves entre tantos que tem neste documento: o trecho que vai do igarapé Santa Fé, a ponte do Rio Liberdade, que tem uma extensão de 20 km e no processo licitatório foi vencido pela empresa CEPEL ao preço de 933 mil reais, o km de estrada, o Governo convocou e o obrigou a dona dessa empresa a rescindir o contrato, para logo em seguida, celebrar outro, Deputado Hélio Lopes, pelo valor de dois milhões e vinte mil reais. Está aqui o contrato de n. 4005120.

E o argumento dos governistas é que a Oposição é contra as estradas e por isso os municípios vão permanecer no isolamento. Porém, em Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul as pessoas estão indignadas porque as obras já deveriam estar concluídas. E o empréstimo que nós tínhamos direito, já está completamente comprometido, portanto nós não teremos essa estrada, minha querida, Deputada Antonia Sales, para Cruzeiro do Sul, exatamente porque o dinheiro não vai dí para concluir o serviço.

Então, a empresa rescindiu o contrato amigavelmente e sabe como funciona esse amigavelmente? “- tu tens que rescindir o contrato”. Então, o sujeito já pensando no outro contrato, na fragilidade que ele tem em brigar com o Governo, rescindi contrato anterior.

Senhora Presidenta, não abusando da sua boa vontade quero ler outro trecho do relatório do TCU, onde tem uma pergunta: “É recomendável prosseguir a obra ou não?” O TCU responde que sim, sabem por quê? Porque o dinheiro já foi pago a empresa, que executou o serviço. É evidentemente que o prejuízo da Nação pode simplesmente ser desconsiderado.

(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (BPM) – Senhora Presidenta, Senhoras e Senhores Deputados, vou concordar com o Deputado Nogueira Lima quando diz que o Requerimento já era para estar aqui. Inclusive

solicito à Senhora Presidenta para se informar junto às Comissões se o prazo já expirou. Então a Mesa deve, imediatamente, acionar o Governo para ter as respostas a respeito da obra da BR 364, entre Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Seu valor, prazo de conclusão e a empresa contratada, porque vários Deputados afirmaram que não há obras nesse trecho. Senhores Deputados, desculpem-me, ou estão brincando com a população ou não estão visitando o Vale do Juruá, porque há muitas obras no trecho Tarauacá/Cruzeiro do Sul. Há mais de 300 máquinas e mil homens trabalhando desde o início do verão, o qual está sendo longo.

O Deputado Luiz Calixto é da minha base eleitoral e ele já viu a ponte do Acurauã, que é uma superponte, viu também a ponte do Liberdade; as dezenas e dezenas de bueiros e galerias. Deputado Hélio Lopes, o asfalto é a última parte da obra, a não ser que o nobre Deputado queira primeiro que seja colocado o asfalto e depois as pontes embaixo. Se há um tipo de asfalto assim, eu não conheço, deve ser algo novo.

Quanto aos ataques ao Deputado Ronald Polanco, acho que é uma grande injustiça o que os nobres Deputados estão fazendo, a respeito do que ele disse.

Sobre as declarações do ex-Deputado Federal e empresário Narciso Mendes, eu não estou comprehendendo o porquê de tanto barulho e desespero. Se nós Deputados do PC do B tivermos sido atingidos, vamos responder e cada partido deve fazer o mesmo. O ex-Deputado Narciso Mendes não deve ser menosprezado e nem supervalorizado, ele exerceu um direito democrático, ele usou o seu canal de televisão e atingiu o Governo. E cabe ao Governo se defender.

Inclusive aqui na Assembléia, já combinei com o Primeiro Secretário e com a Presidenta que vamos requisitar a fita e reproduzir uma cópia para cada Deputado, se houver ofensa ao Poder Legislativo como instituição, caberá ao mesmo responder. No mais, Deputado, caberá a cada partido, a cada parlamentar fazer a sua defesa. Agora, nós, falo aqui em meu nome e do meu partido, faremos a mesma coisa, assim como o PT, o PSDC, os partidos da Frente Popular, o PSB e os demais. Nós do PC do B não vamos votar nenhum Requerimento e, com certeza, os demais Deputados da base não farão isso, porque nós não entendemos que alguns Deputados da Oposição não comprehendam que as eleições estão se aproximando.

De acordo com dados mostrados pela televisão, em sete anos, os grandes empresários do Brasil sonegaram a equivalente ao PIB de um ano e ninguém diz nada; há Tribunais em que Conselheiros, Desembargadores gastam mais do que os Deputados, ninguém diz nada; o próprio Governo Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, do PC do B, que apóia o Governo Lula, disse que vai investigar gastos de um bilhão de reais em diárias, mais do que se gasta em cultura, ninguém diz nada; alguns pastores metem a mão em milhões de dinheiro do povo e ninguém diz nada, mas o gene da democracia é o Parlamento.

Agora, Senhores Deputados, liguem a televisão, abram os jornais “é pau, é lenha”, sabe em quem? Nos 24 Deputados Estaduais e mais oito Deputados Federais, sabem por quê? Porque existem dezenas de pessoas lá fora querendo vir para cá. E na boca delas aqui ninguém presta, ninguém faz nada, aqui todo mundo é teleguiado, é desonesto.

Eu tenho honra de ser Deputado Estadual do Acre. Eu vivo do meu salário e cumpro as deliberações do partido que represento e não tenho, Deputado Hélio Lopes, nenhuma vergonha de ser Deputado. E pode ter certeza, a Assembléia Legislativa não vai fechar as portas porque algumas pessoas que querem ser Deputados vão à televisão todos os dias, tentar desmoralizar este Poder. De nossa parte vamos pedir uma cópia da fita e se houver ataque ao Parlamento como instituição, iremos responder, vamos deixar o ex-Deputado Narciso Mendes cumprir o seu papel, isso é a democracia.

Deputado HÉLIO LOPES (PMDB – EM APARTE) – Só a título de informação, o que estávamos questionando aqui é o relatório do TCU, o qual diz que foram pagos mais de 4 milhões de reais em aplicação de massa asfáltica, quando na verdade, V. Exa. sabe que não existe nenhum palmo de asfalto aplicado, referente ao contrato da Construmil. No programa Bom-dia Rio Branco de hoje, V. Exa. Disse que não tem vergonha de ser Deputado e que a Assembléia não vai fechar, porém ao mesmo tempo disse também que o PC do B e os Deputados da base do Governo não vão aprovar Requerimento nenhum. É exatamente em detrimento disso, Deputado, que nós estamos perdendo o apoio da população. Eu disse na tribuna, semana passada, que aqui se instalou uma barreira de concreto armado contra os interesses do povo. E nós fomos eleitos para defender os interesses da população. Se trata de convocar o Nakamura, de convocar o Senhor Narciso para vir dizer aqui na nossa frente, que

este Parlamento é ligado do Palácio através de um controle remoto, V. Ex^a já se antecipa dizendo que não aprova o Requerimento. E é isso que nos desgasta diante da opinião pública.

Deputado MOISÉS DINIZ (BPM) – Quanto ao asfalto entre Tarauacá e Feijó, V. Exa. passou por cima de 46 Km e há 60 Km no trecho Tarauacá/Cruzeiro, até o rio Liberdade. Quanto ao Requerimento, V. Exa. tem todo o direito de votar a favor, fazer o que quiser, até propor uma CPI, agora nós não vamos é permitir carnaval.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Moisés, obrigado pelo aparte, eu quero fazer três considerações. Primeira, é quanto a denúncia que está no relatório do Tribunal de Contas que foi noticiada pela TV Rio Branco, através do Narciso Mendes. O serviço está sendo feito, agora se pagou pelo que ainda não tinha sido realizado. A segunda gostaria de dizer, que eu também sou da região e andei por lá neste verão por diversas vezes e o que mais me entristeceu, nesses últimos dias, é que os equipamentos, as máquinas e instrumentos da JM Terraplanagem e Construção LTDA, e os da empresa Construmil, Construções e Terraplanagem LTDA, ambas com sede em Goiânia, foram levados de volta. Ora, é uma contradição, quando se diz que o custo é alto porque as máquinas vinham de Goiânia. É o inverno? Concordo. Mas depois não venham dizer que a obra está superfaturada por causa do deslocamento das máquinas. Em relação ao ano político temos nossas divergências, com todo respeito, porque a cada dois anos se realizam as eleições municipais e estaduais. Se nós formos balizar os problemas que precisam ser resolvidos, ou seja, a Assembléia não pode denunciar, investigar ou auditar algo apenas porque está no período político, aí temos que fechar as portas. Seja em período político ou não, compreendendo as razões da Situação, mas o discurso não pode ser diminuído. As denúncias são graves. Nós queremos que essa estrada seja concluída o mais rápido possível, mas da maneira que estão sendo licitadas e contratadas demorarão a ser feitas, porque o preço que está sendo pago por um metro cúbico de brita, daria para comprar dois. Então, desta forma, está sendo adiado o sonho da população. Muito obrigado.

Deputado MOISÉS DINIZ (BPM) – Nobre Deputado Luiz Calixto, infelizmente eu sou Pedagogo e V. Ex^a é Economista, não somos engenheiros, mas mesmo sendo Economista e Pedagogo, dá para sabermos que as máquinas que estão sendo levadas de volta, são as máquinas que já terminaram o serviço de terraplanagem, por isso não precisam permanecer lá.

Quanto ao descontentamento do povo do Juruá, vamos ter que fazer uma reunião, para ouvirmos os seus eleitores e o Senhor ouvir os meus, porque o povo lá está muito satisfeito com as obras que estão sendo feitas.

Por fim, eu gostaria de fazer um pedido aqui carinhoso aos nobres Deputados, que possam votar no Requerimento que solicita a vinda do Reitor, dos Pró-Reitores da Adufac e do DCE para, na quinta-feira, discutirmos essa grave situação da Universidade, já que há o risco de se perder o semestre, inviabilizando assim a realização do vestibular. Precisamos encontrar uma forma de ajudar os professores em greve, Deputada Naluh. O Governo organizou uma caravana, no sentido de conseguir a aprovação de Emenda e nós podemos organizar uma, para ajudar os professores, o que não se pode é prejudicar os professores se são justas as suas reivindicações e, ao mesmo tempo, prejudicar milhares de estudantes que não estão podendo concluir o semestre; inclusive, companheiros, Deputados, podem não fazer o concurso para professor. Quando terá novamente um concurso para professor universitário no Acre? E ao mesmo tempo milhares de jovens que querem entrar na universidade podem ser prejudicados. Então, eu peço aos Deputados que aprovemos esse Requerimento, em caráter de urgência, já que essa questão é de fundamental importância para a educação do Acre. Muito obrigado!

(Sem revisão do orador)

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 177/2005, de autoria do Deputado Fernando Melo, “Solicitando ao Superintendente da Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre, que no prazo regimental, envie os seguintes documentos; 1. cópia do convênio para execução do Programa ‘Luz Para

Todos” e; 2. Cronograma do desenvolvimento do Programa no Acre – por município e zona rural e urbana”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

A Senhora Presidenta (DINHA CARVALHO) – Comunicamos ao plenário que Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 178/2005, de autoria do Deputado Luiz Calixto, “Solicitando ao Diretor do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens – Deracre, cópias autenticadas do contrato n. 4.04.135D, bem como o 1º e 2º aditivos a ele somados, firmados com a empresa Construmil Construções e Terraplanagens Ltda”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

A Senhora Presidenta (DINHA CARVALHO) – Comunicamos ao plenário que Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 179/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando agendamento de audiência pública para tratar sobre o problema do desmoronamento da Rua Beira Rio, Bairro Cidade Nova”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

A Senhora Presidenta (DINHA CARVALHO) – Comunicamos ao plenário que Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 180/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando ao Governador do Estado do Acre, as seguintes informações: 1. O número de Assessores Especiais; 2. Relação nominal dos Assessores Especiais; 3. Remuneração de cada Assessor Especial; 4. Valor total pago a Assessores Especiais”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

A Senhora Presidenta (DINHA CARVALHO) – Comunicamos ao plenário que Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 181/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “Solicitando ao Diretor Presidente da CPL, as seguintes informações: 1. Em quais licitações a Construmil foi contemplada; 2. Quais os trechos em forma de quilometragem foram atribuídos a esta empresa; 3. Em que período foi-lhe atribuída a prestação dos serviços; e 4. Valor pago por cada trecho contratado”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 12 votos.

A Senhora Presidenta (DINHA CARVALHO) – Comunicamos ao plenário que Mesa tomará as devidas providências.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Eu gostaria que V. Exa. suspendesse a Sessão, por cinco minutos, para que pudéssemos fazer uma verificação de quorum e também para evitar que alguns Deputados fujam do plenário.

A Senhora Presidenta (DINHA CARVALHO) – Acatamos a Questão de Ordem do Deputado Luiz Calixto e suspendemos a Sessão por cinco minutos. (PAUSA)

Está reaberta a Sessão.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Eu pediria, encarecidamente, à Mesa que informasse quais os Deputados que estão presentes no plenário.

A Senhora Presidenta (DINHA CARVALHO) – Comunicamos ao Deputado Luiz Calixto, que não havendo quorum para deliberação de matéria, encerramos a Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PPS) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, desde agosto até a data do referendo eu tenho manifestado a minha posição aqui na Assembléia, e em todos os lugares, enfatizando minha intenção de votar contra a proibição da venda de armas e munições. Em agosto, quando eu via a TV Globo colocar os seus artistas, todo seu poder de mídia na mão do Governo, eu pensei que nós perderíamos, por causa de toda campanha que estava sendo feita pelo sim, colocando para o cidadão uma emoção falsa. Naquela ocasião a reprovação, ou seja, o sim, chegou a 70%, segundo as pesquisas, mas, graças a Deus, o povo brasileiro mostrou aos políticos irresponsáveis, como esses do Governo que está aí, o Governo Lula, que não se pode brincar com a inteligência e a sabedoria de um povo, nem com as suas tradições.

A tradição do povo brasileiro é de conquista, e todas elas foram armadas, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral, ao “Grito da Independência” quando Dom Pedro, armado, disse: “Independência ou morte”. No Rio Grande do Sul e no nosso querido torrão, o Acre como foi que lutamos?

Portanto, querer desarmar o brasileiro é querer tirar-lhe as tradições e o direito constitucional de dizer: “eu posso”, desde que seja de acordo com o direito, com o que diz o nosso Código Penal, o Código Civil e a nossa Constituição, que nos orienta sobre o que podemos ou não fazer.

Portanto, não se pode proibir o cidadão de comprar aquilo que ele acha que é direito, que pode defender a sua vida, a sua honra e de sua família.

Se não tivéssemos dito: não, poderíamos chegar ao ponto de tirar dos nossos ribeirinhos o direito de comprar uma arma e munição para matar a sua paca, o seu tatu Deputado Pe. Valmir. O engodo da campanha estava na pergunta. Muitas pessoas ainda votaram sim, porque se confundiram Deputado Tarcísio. Sempre que perguntamos alguma coisa, dizemos: sim ou não? A pergunta do Referendo era capciosa, o Não era o número 1 e o Sim o 2. Parece brincadeira. Até nisso o Governo Federal, o Governo do PT quis enganar a população. Foi a situação e não a Oposição que colocou o artigo do Referendo, no Estatuto Pe. Valmir. O nosso Estatuto Senhores Deputados, é quase o melhor que há. O melhor é o da Suíça, mas o nosso é melhor do que o dos Estados Unidos. Hoje, no Brasil, não é fácil comprar uma arma ou munição. É necessária a apresentação de muitos documentos.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado Nogueira Lima, antes da votação V. Ex^a veio à esta tribuna e participou de debates defendendo o não. Era contra tirar um direito que nós temos adquirido com tanta luta. Já existe essa lei para o porte de arma no Brasil, é só fazer cumprir. V. Ex^a é policial e sabe disso. Comprar uma arma ou munição, hoje é a coisa mais difícil que existe. Eu sou Deputado há quatro mandatos e até agora não consegui comprar uma arma. Fui à Polícia Federal, puxaram a minha ficha: limpíssima, mas é difícil. Então, e só fazer cumprir a lei. Esse pedido do Governo Federal, para fazer esse plebiscito foi mais uma enganação, no qual foram gastos 600 milhões de reais, enquanto foram gastos apenas quatrocentos mil aproximadamente com Segurança. Mas vamos esquecer a Segurança e pensar no princípio de tudo que é a Educação; uma pessoa bem educada, tendo boas condições, não vai matar um companheiro, um semelhante. Então, essa foi mais uma enganação do Governo Federal, e nós vimos vários companheiros do PT e dos outros partidos acompanhando esse embalo, eu não sei por quê. Aqui na região Norte, principalmente no nosso Estado, os dados comprovam que o resultado foi alarmante. Não houve um município sequer, onde o sim ganhou. Inclusive Marechal Thaumaturgo, que é administrado pelo PT simplesmente 97.44% da população votou não. Agora eu pergunto: o índice de criminalidade de Thaumaturgo é grande? Não. É porque eles necessitam andar armados para sua sobrevivência. Parabéns pela sua defesa antes e depois do Referendo.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PPS) – Incorpo o vosso aparte e estou orgulhoso do meu Estado, e por ter participado efetivamente desta campanha. Estou orgulhoso do debate que foi feito na TV Gazeta, onde tanto eu como o Deputado Fernando Melo expussemos nossas posições. O Dr. Ciro Facundo, pessoa fantástica a quem quero agradecer por ter participado, defendia o Não, assim como o

advogado Roberto Duarte. Aquele debate serviu para ajudar a muitos que estavam indecisos até aquele momento. A TV Gazeta está de parabéns.

Eu sou católico praticante Deputado Pe. Valmir, e algumas pessoas da nossa Igreja me criticaram por ter essa posição. Eu sempre falei na nossa Igreja que nunca fico em cima do muro, porque Jesus Cristo não agiu assim.

Naquele momento, lá na TV Gazeta, à vontade que eu tinha era de dizer que, naquele dia, eu era o homem mais feliz do mundo, porque ouvi o meu Padre, aqui na Assembléia, dizer que ele votava no NÃO. Lá eu não pude dizer isso, mas hoje, aqui, eu posso. Inclusive o Deputado Pe. Valmir disse o porquê. Assim como eu, ele também defende a vida.

Eu passei 26 anos da minha vida, defendendo a vida. Tenho marcas de ferimentos a bala e a faca no meu corpo, mas nunca foi preciso tirar a vida de ninguém. Então, nós defendemos a vida, e por isso defendemos o nosso direito. Quero parabenizar também os municípios de Marechal Thaumaturgo, que foi a cidade campeã brasileira de votos no NÃO.

(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, já falei no meu pronunciamento no Pequeno Expediente, a respeito do que as pessoas do Município de Cruzeiro do Sul indagaram sobre a não aprovação da CPI da Saúde.

Os colegas que me antecederam falaram que as obras da estrada de Cruzeiro do Sul ainda não foram concluídas por falta de dinheiro. Eu não concordo com essa afirmativa de que o Governo do Estado está passando dificuldades. Eu acho que para um Estado pobre como o nosso dinheiro tem até demais. O Governo do Estado fez um empréstimo de duzentos e oitenta e dois milhões e deu a uma empresa para que fosse realizada essa obra, e está devendo, está se endividando. Com isso outros Governos terão que pagar essa dívida. Eu também acho que a obra está superfaturada, por isso está emperrada.

No Governo do Orleir Cameli, o quilômetro de asfalto custava trezentos e cinqüenta mil reais. Agora são dois milhões e duzentos mil.

Deputado **HÉLIO LOPES** (PMDB – EM APARTE) – Obrigado Deputada Antonia Sales. Pedi esse aparte somente para dizer a V. Exa. que quando se trata de denúncia das estradas, nós não podemos nem dizer estrada que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, porque de Rio Branco a Feijó não existe nada feito. Na verdade, é de Tarauacá a Cruzeiro do Sul e foram feitos quatro contratos com a empresa Construmil. O primeiro contrato foi no valor de R\$ 32.353.000,00. O quilômetro contratado saiu por R\$ 839.000,00. Preste bem atenção. O segundo contrato foi no valor de R\$ 55.825.000,00. O quilômetro já foi superfaturado pela própria empresa, pois ficou no valor de um milhão e cinqüenta e seis mil. Se não bastasse, o terceiro contrato foi no valor de cento e dezesseis milhões. O preço do km, preste bem atenção já saiu no valor de um milhão setecentos e cinqüenta e seis mil; teve o quarto contrato, ainda com a Empresa Construmil, o valor passou para noventa e sete milhões, cinqüenta e quatro mil. O valor do KM já foi contratado a um milhão novecentos e quarenta mil. Deputada Antonia Sales, o que V. Exa. está fazendo aqui é simplesmente nossa obrigação, nós temos que dar uma resposta à população do Acre.

O nosso Estado é um Estado pobre demais, você chega nos municípios de Santa Rosa, Sena Madureira ou no próprio município de Cruzeiro do Sul e vê a pobreza; não dá para brincar com duzentos e oitenta e dois milhões. Quando eu disse, na tribuna, que de Feijó a Tarauacá não tinha asfalto e o Deputado Moisés Diniz rebateu, quem assistiu o Bom-Dia Rio Branco, hoje de manhã, viu a quebradeira que está aquele asfalto em apenas dois anos; são 42 km de asfalto que custaram mais de trinta milhões aos cofres públicos do Estado.

No contrato de dois mil e cinco foi onde o Tribunal de Contas

da União comprovou que o Governo pagou mais de quatro milhões para a empresa Construmil. Lá, Deputada, não tem um palmo de asfalto. É esse o questionamento. Como é que se paga uma obra, se não tem um palmo de asfalto? Que pague parte da terraplanagem, perfeito, porque a empresa está lá trabalhando, não com trezentas máquinas como disseram aqui na tribuna. Fui de carro a Cruzeiro do Sul, acompanhado do meu assessor, e tive o cuidado de ir até a beira do Purus, até Manoel Urbano, contar quantas máquinas pesadas tinham na estrada; não passaram de 74. Então, é esse o questionamento, Deputada. A Senhora que é de Cruzeiro do Sul, caso chegue lá o discurso da situação, dizendo que os Deputados de Oposição são contra a estrada, desminta, nós somos inteiramente a favor da estrada, porém com honestidade e com respeito ao dinheiro público. Dessa forma, assinamos em branco, para que se faça estrada, mas honrando o dinheiro público.

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Eu realmente penso que quando o Governo perdeu a noção da dimensão dos milhões, também perdeu do que significa cumprir promessa, porque há mais de trinta anos o povo do Juruá espera por essa estrada, em especial o povo de Cruzeiro do Sul que passa por várias privações, devido à falta de escoamento dos seus produtos, como também as pessoas que não têm condições de pagar uma passagem aérea. Essa é uma promessa que a população do Juruá espera há 30 anos. É demais, porque a nossa população está sendo enganada e ludibriada com promessas e mais promessas e nós estamos cansados disso.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, eu não me envolvi na discussão do Requerimento com relação à proibição ou não de compras de armas, porque não acreditava como não acredito que os índices crescentes de violência e que as mortes absurdas que estão ocorrendo no Acre e no País se dêem em razão das pessoas possuírem ou não armas. Acho que o Referendo foi inoportuno porque quis diminuir a importância da discussão sobre um assunto tão polêmico e complexo como é a questão da violência.

Acredito que agora, aqueles que defenderam o SIM, argumentarão daqui a dois, três meses, ou um ano dizendo que a violência não diminuiu porque as pessoas foram autorizadas a comprar e portar armas. Como não seria diferente se o vencedor tivesse sido o SIM. As pessoas que defenderam e votaram expressamente no NÃO, poderiam argumentar que a violência não diminuiu, porque a população estava desprotegida. Uma discussão importante e complexa como essa não pode se limitar a uma pergunta cuja resposta seja SIM ou NÃO.

Todos nós sabemos que as causas da violência, que as raízes da violência no país e no Acre, estão ligadas a outros fatores, dentre eles, a ineficiência do poder público, que não se faz presente nas comunidades, não atende a população naquilo que é elementar, não dá condições para que a polícia se faça presente, bem equipada, bem treinada e bem remunerada nas ruas, não investe na criação de empregos e renda, o que impede que alguns se desgarram do caminho correto, para ingressarem na marginalidade. O povo brasileiro, o povo acreano, os nossos municípios não deram outra resposta aos governos, senão a de que não acreditam na política de segurança do Estado.

Lá em Marechal Thaumaturgo, nós tivemos o maior índice de pessoas que preferem ter o direito de possuir uma arma, um instrumento para defender a sua honra, sua vida, sua dignidade, do que acreditar no quartel militar e nos Postos da Polícia Militar que existem no município.

No Estado do Acre, foi constatado o terceiro maior índice de pessoas que optaram pela resposta NÃO no Referendo. E essa, Deputados Pe. Valmir e Nogueira Lima, é a resposta que a população está dando, manifestando-se com relação a insegurança que vive. Confia muito mais num revólver calibre vinte e dois dentro da gaveta, do que na

política de segurança do Estado. Muito mais na auto-defesa do que propriamente num posto policial de algum bairro, onde muitas vezes as viaturas não possuem gasolina, ou estão depredadas e os policiais recebem muito pouco. Aí a população diz: "olha, já que vocês não dão conta, já que o Governo não supre as nossas necessidades, nós vamos garantir a nossa defesa". E aí podemos resvalar para uma situação perigosa e inusitada quando a população acha que pode se defender, tomando ela mesma providências frente às injustiças, às agressões e à violência.

Portanto, é bom que os governos, principalmente o do nosso Estado, já que estamos aqui, dêem ouvidos ao resultado e ao recado que foi dado pela população nas urnas. Não adianta dizer para a população do Acre que investiu milhões em segurança pública, quando a população não acredita porque sabe que nos bairros as gangs tomam conta, a ladroagem e a bandidagem imperam e em alguns locais da cidade só se pode entrar pagando pedágio. Eu não imaginava, sinceramente que a descrença e a falta de confiança da população no Sistema de Segurança, fosse tão grande a ponto de quase a totalidade da população acreana, votar pelo NÃO. Na média mais de 80% .

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado Luiz Calixto, para sermos bons filhos, temos que ter bons exemplos; naturalmente, temos que nos espelhar em nossos pais. Claro que há exceções. Mas quando nós vemos aqui no Estado as denúncias feitas ao nosso chefe maior e a blindagem contra as apurações que nós da Oposição, propomos aqui na Casa para levar à opinião pública, e a todos os acreanos o que está acontecendo, os desmandos, os roubos, os superfaturamentos, percebemos que aqui, não estamos tendo um bom exemplo. Então, o coitado que está passando fome, que não tem emprego, não tem segurança, não tem saúde, não tem nada, pensa que se o chefe do seu Estado está fazendo tudo isso, imagina o que ele pode fazer se não estão sendo dadas a ele as mínimas condições para sobreviver dignamente. Deputados, aqui no nosso Estado o resultado do Referendo obteve mais de 80% dos votos para a alternativa NÃO só perdemos, Deputado Luiz Calixto, para o Rio Grande do Sul e Roraima, o primeiro com 86% e o segundo com 85% dos votos. Sendo assim, não é desarmando a população que nós iremos melhorar a segurança, mas investindo em Educação, Saúde e na própria Segurança.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) - V. Exa. abordou um aspecto importante, fundamental e determinante. Imaginem a situação de um pai de família, com toda sua prole desempregada, que tem uma filha que sai para o trabalho e não sabe se vai voltar, um filho que foi para escola e não sabe se retornará vivo, pois o trajeto que fazem os obriga a percorrer alguns bairros cuja violência é infinitamente superior à média, e se depara com as denúncias da corrupção, esse tumor que está se alastrando e destruindo o Governo, que tem como principal função tentar resolver os problemas da população.

Não se constrói nada neste Estado aonde não exista, Deputada Antonia Sales, a intenção de roubar para financiar as campanhas políticas. Eu não vou mais economizar e nem procurar adjetivos para denominar essas manobras. Não se justifica e é inconcebível que o Tribunal de Contas não tenha encontrado no Acre, uma obra que não tenha uma série de irregularidades. Eu sou muito ponderado, muito prudente, e uma vez falando com um carpinteiro ele me disse o seguinte: se fizer uma cobertura e aparecer uma goteira, é normal; se aparecerem duas goteiras, é normal; se aparecerem três goteira, também é normal; agora, se chover mais dentro da casa do que fora em razão do número de goteiras, aí o carpinteiro não presta, a obra não foi bem feita. Portanto, é inadmissível o que está acontecendo em nosso Estado.

Eu quero neste minuto, Senhora Presidenta, parabenizá-la pela condução serena e tranqüila da Sessão, muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **RONALD POLANCO** (Sem Partido) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, Deputadas Naluh Gouveia e Antonia Sales, sou apenas um candidato a vaga ao Tribunal de Contas e tenho prazer de partilhar desse desejo com vários colegas da base do Governo. Eu não vou me esconder. Eu não vou ficar na coluna do meio. Não! Eu tenho a minha posição. Nos últimos vinte e três anos da minha vida contribui com um projeto de desenvolvimento para este Estado, onde o carpinteiro produza obras de qualidade.

Aqui na frente nós temos o Palácio e antes de assumirmos o Governo, Deputada Antonia Sales, o seu esposo fez uma crítica dura aqui, pois estava nascendo uma árvore na cobertura daquele prédio. O Palácio das Secretarias não funcionava, e hoje é motivo de orgulho para a população deste Estado. Para chegarmos em Brasiléia ou Assis Brasil, levávamos, às vezes, o dia todo, hoje leva-se uma hora. Enfim, muitos recursos foram investidos, inclusive, não tem nenhum empresário da construção civil deste Estado ou de fora, que diga que recebeu dinheiro ilícito no Governo da Frente Popular.

Eu não sei então para onde estão indo os recursos que os colegas de Oposição, com todo respeito, estão denunciando aqui. Se não estão com os Secretários, com os empresários, estão nas obras. A maioria dos carpinteiros, pedreiros, pequenos empresários, todos estão trabalhando neste Estado. A maioria das pessoas que têm trator, pá carregadeira, caçamba, todos estão trabalhando, inclusive, aqueles que fizeram denúncias graves contra o Deracre. Segundo eles nunca houve perseguição, os processos estão correndo e as pessoas estão trabalhando normalmente.

Deputado Nogueira Lima, muitas vezes a disputa política antecipa os discursos aqui na Assembléia. Eu já fui do outro lado, mas sempre fui prudente nas minhas colocações. Poucas vezes eu cheguei aqui e falei: é roubo! E quando o fiz, trouxe provas.

Quando o Governo do Estado recebeu a denúncia de superfaturamento na BR, na ponte de Assis Brasil, colocou à disposição do DENIT o porquê das alterações dos preços. O auditor do TCU já tinha feito um relatório, aliás, esse documento não é dos Parlamentares, pois vi o Narciso Mendes com uma cópia. A Oposição parece-me que tem como parâmetro o Narciso Mendes. Nós devemos discutir com representantes do Tribunal de Contas da União e não com o Narciso Mendes. Por isso, que eu me abstive da votação, porque não compartilho que um Senhor, como este “Senhor X”, seja quem vai pautar os debates nesta Casa. Não, Deputado Pe. Valmir, ele não.

Eu concordo, Deputado Luiz Calixto, que devamos chamar o Tribunal de Contas da União, as pessoas que auditam as contas do Estado, mas não venha dizer aqui que todo mundo é ladrão. A prudência é uma boa virtude é por isso que eu estou aqui, Deputado Luiz Calixto, para dizer que eu, nos meus últimos anos de vida, me dediquei ao crescimento do Acre e o que eu pensei está acontecendo neste Estado. Nunca ninguém imaginou que iríamos colocar asfalto para o Juruá; que iríamos ter fartos recursos para desenvolver este Estado e, hoje, as condições estão sendo dadas.

O PT já fez uma oposição muito dura e hoje ele está no poder e está sentindo a necessidade de fazer um pacto que conduzia este País a um outro patamar de desenvolvimento. E eu acho que da forma como nós estamos indo, nós estamos alimentando um processo político que não vai criar condições para superarmos a nossa miséria. Esta posição é complicada, tanto para a Oposição quanto para a Situação. Nós precisamos construir um projeto de desenvolvimento que leve em conta as particularidades de cada região.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Polanco, eu não vou discutir a sua posição, afinal de contas nós, soberamente, temos a possibilidade de divergir. Ocorre, que em outras situações, em outros momentos, antes inclusive da apresentação do relatório do Tribunal de Contas, nós, eu falo nós, porque a autoria do Requerimento foi minha, mas a deliberação foi da Assembléia, nós

convocamos o Secretário Sérgio Nakamura, que é funcionário do Estado a comparecer a esta Assembléia, para prestar esclarecimentos, no entanto ele não veio. Diferentemente do Narciso, que não é funcionário, portanto não deve explicação à Assembléia. E esta negativa não é uma ofensa ao Deputado Luz Calixto, que foi o autor do Requerimento e sim ao Parlamento, ao voto dos Deputados José Luis, Dinha, Moisés Diniz, V. Exa., Tarcísio, Naluh, Pe. Valmir e tantos outros. Então, o pouco caso que eles fazem, ofende a todos nós. Deputado Polanco, eu também gosto de desenvolvimento, porque é a maneira de melhorarmos as condições de vida da população. Empenhando o prestígio pessoal da Senadora Marina Silva, o Estado do Acre contratou um empréstimo no BID de n. 1.399, no valor de sessenta e oito milhões de dólares, cuja maior parte é para aplicar, exatamente, nesse trecho que nós estamos questionando. A nossa capacidade de endividamento acabou, zerou. Se nós não fizermos essa estrada agora, dificilmente nós a faremos em outro momento. E para que nós possamos fazer agora, nós precisamos evitar esse tipo de irregularidade, de denúncia, de auditoria em cada etapa do serviço. Então, a preocupação da Oposição talvez seja maior do que a da Situação, porque nós cremos que essa estrada sairá, se os recursos forem honestamente aplicados. Na medida em que eles forem aplicados, de forma desonesta, superfaturada nós iremos realizar menos serviço, então a preocupação é essa. Eu quero a estrada, V. Exa também, todos nós queremos, agora a forma como o serviço está sendo executado é que está equivocada, o Governo está gastando muito e quem está afirmando isso não é o Narciso, o Polanco, ou o Calixto, é o TCU.

Deputado **RONALD POLANCO** (Sem Partido) – Incorporo o aparte de V. Exa ao meu pronunciamento. Quero colocar aqui algumas coisas sobre esses grandes projetos. Na época da construção da estrada para Assis Brasil eu me lembro que estive lá com alguns engenheiros e um deles disse: um problema grave é que o projeto não era detalhado e fizeram o trabalho em cima do traçado original e quando foram colocar em prática, não era o que estava no projeto. O que dava uma diferença muito grande, Deputado Luiz Calixto. Da mesma forma aconteceu na estrada que vai para Cruzeiro do Sul.

Eu estive com o Nakamura várias vezes no trecho de Manoel Urbano a Feijó, quando o mesmo estava sendo todo alterado. Porque se fizéssemos conforme o traçado original, o custo da obra iria ultrapassar os cinco milhões, porque iria ser preciso fazer uma escavação de no mínimo, dois metros de profundidade. O custo do transporte para o aterro, supera qualquer obra da região amazônica, por isso que se está se pensando em fazer uma estrada de ferro naquela região, para ver se o preço diminui.

Senhora Presidenta, não vou fugir das minhas convicções, nunca fiquei em cima do muro, eu sempre tomei uma posição, posso até estar errado, mas tomei. Errei junto com os colegas que fazem parte, há muitos anos, do PT, mas sempre V. Exa. vai me ver de um lado. Quando estiver no Tribunal de Contas, estarei do lado da lei, o meu instrumento de trabalho será a lei.

(Sem revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, quero informar que eu cheguei atrasada hoje na Sessão, porque eu estava na sala do Interlegis, discutindo com a classe de professores e com outros órgãos, a proposta de Currículo na área de Direitos Humanos.

No domingo eu fui votar e o meu voto eu já tinha declarado aqui, que seria o sim. E, eu, sinceramente não sinto ter ido na balsa. Eu fico triste pela posição tomada pelos brasileiros. Mas respeito, como professora, eu sei que essa questão da educação é um longo percurso. Discordo de algumas posições quando dizem que quem perdeu com isso foi o Governo, o Lula, o PT, inclusive várias pessoas do PT votaram no “NÃO”.

Eu lembro do Senador Delcídio do Amaral, dizendo que ele não imaginava o pantaneiro sem uma arma. O Presidente Lula votou no SIM, mas não era a representação do Governo. Não foi isso. Ali foi uma clara demonstração de que a população não aceita a política de segurança do Governo Federal e dos Estados. Aqui em Rio Branco virou brincadeira a questão de roubar som de carros. Sabe-se que a questão de segurança em nosso Estado, em alguns aspectos melhorou, porém na questão de furtos e roubos não.

Na verdade o que aconteceu com o resultado do Referendo, percebe-se que foi uma atitude de repúdio às políticas do Governo Federal e Estadual, porém, a meu ver, equivocada, porque você poderia dizer não a essa política de outra forma, votando inclusive no SIM. Eu não acredito que uma posição individual possa resolver um problema de violência. O que aconteceu é que as pessoas disseram assim: Eu vou resolver o meu problema de violência comprando uma arma. Porém isso não resolve. Isso se resolve com políticas públicas.

Diadema deu o exemplo. Lá a maioria das pessoas optou pelo sim. Todos os bares, em Diadema, quando dá onze horas todos eles fecham as portas. Mas lá não tem esse negócio de bar de rico e bar de pobre, não. Porque aqui no Estado os bares dos bairros pobres, mais afastados fecham as portas, enquanto que os bares do canal, dos bacanas, não fecham. Se é para fechar o dos pobres e deixar os dos bacanas abertos, não resolve. Todos os bares têm que ser fechados às onze horas. Todo mundo fecha a sua porta. As igrejas, as escolas, os órgãos públicos, os mercados e supermercados. Só os bares que não.

A segunda atitude deve ser oferecer escola profissionalizante à crianças carentes, visto que elas não têm perspectiva de vida. As meninas tendem a engravidar aos 12, 14, 15 anos ou partem para o mundo das drogas ou se submetem aos caprichos de marginais bacanas. É preciso existir iniciativas positivas, aí teremos um País que irá avançar.

Eu quero ver uma pessoa pobre ter condição para comprar uma arma que custa em torno de mil e poucos reais. Direito é para os bacanas, é para a classe média. Isso sim, mas não direito para o pobre, pois o pobre sequer tem dinheiro para comer, como é que vai comprar uma arma? Eu, há muito tempo, sabia que quem ia vencer seria o não, pois diariamente eu estou dentro dos bairros, nos supermercados e escutava as pessoas dizerem, não adianta essa conversa macia de SIM. Eu vou votar é no NÃO, porque eu não acredito numa política de segurança para este Estado e para este País. Nós ainda vamos ter que andar muito para que possamos ter um dia uma sociedade justa, onde a cidadania, as políticas públicas não sejam privilégio de alguns e sim de todos.

Deputado **JOSÉ LUIS (BPM – EM APARTE)** – Deputada Naluh, quero parabenizar V. Ex^a. pelo seu discurso. V. Ex^a. é sempre democrática e defende as causas mais humildes, mas eu gostaria até de discordar, porque a questão da discussão do desarmamento começou a tramitar no início de 2003, tramitou em 2004 e foi aprovado em 2005. A princípio, eu acho que o Referendo deveria ser antes da aprovação da Lei, para saber se era isso o que realmente a população queria. Colocaram a carroça diante do boi, visto que esse direito era garantido na Constituição. Nós temos esse direito. Eu não tenho arma em casa, mas se daqui a cinco anos eu quiser ter uma, eu tenho direito. Eu vou lá e compro uma arma. E, aprovando o Referendo, eu não teria esse direito. Quer dizer, eu acho que transferir para o Governo, eu concordo plenamente, não é uma questão do Governo. Não tem que ter derrota do Governo nessa questão, nessa história. O que o povo está referendando é que ele precisa de segurança. Nós precisamos investir mais na Segurança Pública. Eu concordo com V. Ex^a. quando se refere aos bares. Nós temos que ter o controle, porque quando vamos num bar, por exemplo, no Paço no Canal da Maternidade, as pessoas ficam duas, três horas, como é que você vai proibir, lá no Aeroporto Velho, fechar um bar onze horas. Então acho que a lei deveria ser para todos.

Deputada **NALUH GOUVEIA (PT)** – Incorporo o aparte de V. Ex^a. ao meu pronunciamento. E um segundo tema que eu quero tratar aqui e que eu fico muito preocupada é sobre como as coisas aqui no

Estado estão se dando em relação aos jornais. Eu estou muito preocupada com o que estão fazendo com o Geraldinho. Isso não é certo, sinceramente, não é certo. Eu acho que se ele traia a Frente ou se ele traia alguém, que resolva com ele essa questão de traição, agora desse modo como está acontecendo aqui no Estado, em relação aos jornais, não é certo, pois estão queimando, quase assassinando uma pessoa correta, direita. Até que se prove o contrário, até que se faça uma averiguação na Comissão de Ética, o Geraldinho é uma pessoa muito direita e de uma boa família. Eu me preocupo muito com essa forma de usarem os meios de comunicação para acabar com uma pessoa, isso não é correto. Aqui, nós tomamos boas iniciativas e não sai absolutamente nada nos jornais, mas quando é para acusar uma pessoa, como estão fazendo com o Geraldinho, aí sai. Isso não é correto, não.

Então eu quero repudiar essa forma como a Imprensa acreana, comandada inclusive pelo Governo, está tratando o Geraldinho. Eu não acho correto! Eu acho que o que era preciso fazer já foi feito, ele abriu as suas contas e mandou documentos para a Comissão de Ética. Eu gostaria que tivessem feito isso, Senhora Presidenta, com criminosos mesmos, ladrões do dinheiro público. Eu queria que os jornais do Governo fizessem isso com o Orleir, mas com o Orleir isso não é feito. Agora fazer isso da forma como estão fazendo com o Geraldinho, isso não é correto! Por isso eu quero repudiar tal atitude.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS)** – Obrigado Presidenta e Deputado Moisés porque já tinham até cancelado as suas inscrições. Mas eu só quero aqui usar, no máximo dois minutos, Senhora Presidenta e me associar ao pronunciamento da Deputada Naluh. Falava com ela há minutos atrás, que na televisão aqui do nosso Estado, comandada é claro, pelo Governo do Estado, veio me fazer uma pergunta: e ai, o que você acha da denúncia contra o Senador?

Eu, primeiramente, parabenizei os 7 Ministros do Supremo Tribunal Federal, Deputados Luiz Calixto e Naluh, que votaram contra aquela armação do José Dirceu, de não querer ir para a Comissão de Ética e parabenizei o Senador Geraldo Mesquita por ter quebrado o seu sigilo bancário, telefônico e fiscal, para que a Comissão de Ética investigasse as denúncias que foram feitas contra ele.

Então, quero me associar as palavras da Deputada Naluh e dizer que, até que me provem o contrário o Senador é uma pessoa séria e que muito nos orgulha como nosso representante no Senado.

(Com revisão do orador)

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Comunicamos ao Deputado Nogueira Lima, que a Mesa Diretora encaminhou o seu Requerimento dia dezesseis de setembro.

Queremos comunicar aos nobres Parlamentares que o Grande Expediente da Sessão de amanhã será destinado a ouvirmos a chefe do gabinete do Governador, Flora Valadares, que irá falar sobre a Previdência Estadual.

Deputada **NALUH GOUVEIA (PT – QUESTÃO DE ORDEM)** – Senhora Presidenta, o trabalho da Mesa Diretora não termina a partir do momento que convoca um Secretário e ele não vem. Como a Mesa representa todos os Deputados, ela tem o direito de entrar com uma ação por crime de responsabilidade.

Concordo com o Deputado Luiz Calixto quando diz que, a partir do momento em que um Secretário é convocado e não vem, ele está desrespeitando este Poder, e a Mesa está sendo omissa em não entrar com uma ação no Ministério Público por crime de responsabilidade.

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – A Mesa acata a Questão de Ordem da Deputada Naluh Gouveia.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Delorgem Campos

Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.

Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva

Vice-Presidente: Francisco Viga

Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueiredo

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.

Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão

Vice-Presidente: José Vieira

Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.

Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís

Vice-Presidente: Roberto Filho

Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.

Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Luiz Gonzaga

Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Dinha Carvalho

Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.

Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima

Vice-Presidente: Hélio Lopes

Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.

Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:

Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.